



## Projeto que combate desvio de dinheiro público vai a Plenário

A adoção obrigatória de código de barras em todas as transações federais, estaduais e municipais consta de projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. Antes de ser submetida ao exame dos deputados, a proposta será votada pelo Plenário do Senado



O presidente da CAE, Delcídio do Amaral (E), marca para terça-feira exame de convite ao ministro Guido Mantega. De pé, Lindbergh Farias

O projeto foi apresentado pelo senador Blairo Maggi e inclui as pessoas jurídicas da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, assim como suas autarquias e fundações. Com o código de barras, o senador acredita que todo dinheiro público poderá ser rastreado, permitindo a punição de culpados por desvios de recursos. O relator na CAE, Aloysio Nunes, considera que o trabalho dos órgãos de controle interno e externo será bastante facilitado. **3**

Pedro Franco/Senado Federal

Comissão reconduz Ricardo Ruiz ao Cade **3**

Exportador poderá compensar tributos **3**



Gerardo Magela/Senado Federal

Aviação civil será analisada por comissão exclusiva **4**

Congresso instala hoje CPI da violência contra mulher **8**

Mercadante falará à Comissão de Educação na semana que vem **6**

Cláudio Scliar, do Ministério de Minas e Energia, expõe argumentos na CMA

### Pó de rocha reduz custo do campo, apontam debatedores

A utilização de pó de rocha como fertilizante pode reduzir custos de produção da agricultura e romper com a atual dependência

de insumos importados. A prática foi defendida por todos os especialistas ouvidos ontem na Comissão de Meio Ambiente. **7**

### Greve da PM baiana gera polêmica em comissão **5**



Marcello Casal Jr./ABR

Soldados do Exército observam policiais militares em greve em Salvador

### Debate sobre pacto federativo é retomado

Sugestão de Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e Jorge Viana, comissão especial destinada a sugerir novo pacto federativo

entre os três Poderes deve ser criada pelo presidente José Sarney. Sérgio Souza e Walter Pinheiro apoiam a ideia. **2**



Jane Araújo/Senado Federal

Senadores Sarney, Pedro Taques, Rollemberg e Jorge Viana discutem necessidade de mudanças na Federação

Após ouvir pedido de senadores, Sarney disse que criará colegiado de especialistas que sugerirá mudanças em questões tributárias e no Fundo de Participação dos Estados

# Comissão do Senado proporá pacto federativo

APÓS REUNIÃO COM Pedro Taques (PDT-MT), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Jorge Viana (PT-AC), o presidente do Senado, José Sarney, prometeu ontem instalar comissão especial de estudiosos para discutir o estabelecimento de um novo pacto federativo no Brasil.

— Vou instalar essa comissão imediatamente. Será uma comissão de pessoas que vão contribuir em alto nível para que se possa rediscutir o assunto — disse Sarney.

A criação desse colegiado foi pedida pelos parlamentares. A comissão havia sido citada como uma das prioridades por José Sarney na abertura dos trabalhos legislativos deste ano.

## Juristas

A comissão deverá reunir economistas, juristas e cientistas políticos e tratará das relações entre União, estados e municípios de forma abrangente. De acordo com José Sarney, as relações federativas no Brasil “estão se esgarçando”.

— Federação e República andam juntas, e precisamos refundar essa visão — afirmou na cerimônia em que o Congresso Nacional iniciou seus trabalhos de 2012.

De acordo com Pedro Taques, entre os temas que poderão ser examinados pela comissão estão o federalismo fiscal, a Lei Kandir (que promoveu a dispensa do ICMS em operações que destinem mercadorias para o exterior)



José Sarney, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e Jorge Viana discutem criação de comissão de especialistas que se debruçará sobre mudanças na Federação

e o Fundo de Participação dos Estados (FPE).

O atual modelo de distribuição de recursos do FPE foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e tem prazo de vigência até 31 de dezembro de 2012.

## Códigos

— Precisamos debater hoje as atribuições dos municípios. O federalismo fiscal trata da reforma tributária, mas não é só reforma tributária. É algo maior porque também vai tratar das relações entre os municípios na área de segurança pública, na área de saúde [por exemplo], dentro desse pacto federativo — declarou Pedro Taques.

A comissão criada para

propor mudanças no sistema federativo deverá seguir os moldes dos colegiados de juristas já criados no Senado com o intuito de reformar ou atualizar códigos como o de Processo Penal, o de Defesa do Consumidor e o de Processo Civil.

Esse tipo de colegiado pode ser instalado a partir de um ato assinado pelo presidente do Senado.

— Essa ideia, esse método de criação de uma comissão de juristas para apresentar subsídios aos senadores tem dado resultado, como [pode ser observado] com a criação de uma comissão para tratar do CPP [Código de Processo Penal], que foi votado rapidamente aqui e já está na Câmara — lembrou.

## Walter Pinheiro: novo pacto é uma das prioridades do PT



Ao falar pela primeira vez como líder do PT no Senado, Walter Pinheiro (BA) afirmou que um dos temas prioritários a que deverá se dedicar é a estruturação de um novo pacto federativo. Entre outras prioridades definidas pela bancada, apontou o fortalecimento do PT nas eleições municipais deste ano.

Ao agradecer sua eleição, o novo líder manifestou disposição de buscar o entendimento e contribuir para que as demandas da bancada possam ser atendidas não apenas no Congresso Nacional, mas também junto ao Judiciário e ao Executivo.

Walter Pinheiro elogiou também o líder petista anterior, Humberto Costa (PE).

O senador rebateu ainda matéria publicada durante o recesso em que se apontava que a quantidade de projetos votados pelo Congresso em 2011 foi menor que no ano anterior. O trabalho parlamentar não pode ser analisado simplesmente — à semelhança de uma “fábrica de sandálias” — pelo número de leis produzidas, mas sim por sua qualidade, disse.

## Sérgio Souza quer comissão mista para fazer anteprojeto

Segundo Sérgio Souza (PMDB-PR), 2012 será o ano de discutir a Federação no Congresso. O senador lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que expira este ano a validade do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Souza informou ter apresentado requerimento na semana passada solicitando a formação de comissão mista para apresentar anteprojeto sobre o assunto em 90 dias. Para ele, “se cada Casa se debruçar separadamente sobre um projeto diferente, não haverá condição de votar o assunto este ano, quando serão realizadas eleições municipais”. Acrescentou que alguns senadores foram à Presidência da Casa pedir a instalação de comissão de notáveis para discutir o pacto federativo. Entre os temas a serem debatidos, estão a federalização fiscal, a Lei Kandir, a guerra fiscal e o FPE.

O parlamentar lembrou ainda que o FPE e o Fundo de Participação dos Municípios foram utilizados como indexadores no projeto da redistribuição dos royalties do petróleo.



## Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h40 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário

### Mudança na Lei de Doação de Órgãos

14h Em exame na pauta da sessão deliberativa, substitutivo a projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC 84/04) que altera a Lei de Doação de Órgãos para inibir o tráfico.

### Presidência

### Reunião da bancada do Amapá

16h O senador José Sarney preside a ordem do dia. Às 18h, participa de reunião com a bancada do Amapá da Câmara dos Deputados.

### CCT

### Instalações radioativas em pauta

9h A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática analisa o projeto que determina limites de emissão de radiação quando uma instalação encerrar suas atividades e o que assegura ao consumidor o acesso gratuito via internet às informações sobre ele em cadastros de consumo como SPC e Serasa. Vota ainda projetos de autorizações e permissões para serviços de radiodifusão.

### CAS

### Transcritor e revisor de textos em braile

9h Na pauta da Comissão de Assuntos Sociais estão o projeto que regulamenta as profissões de transcritor e revisor de textos em braile e a proposta que isenta de Imposto de Renda os rendimentos dos contribuintes com mais de 65 anos.

### CCJ

### Estatuto da Juventude e Ato Médico

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado analisa o projeto que institui o Estatuto da Juventude e o que trata do exercício da medicina, determinando quais atividades serão privativas dos médicos.

### CRA

### Sustentabilidade ambiental em licitações

14h30 Projeto que inclui exigências quanto a critérios de sustentabilidade ambiental nas normas gerais sobre licitações e contratos administrativos consta da pauta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

### CPMI da Mulher

### Eleição de presidente e vice

15h Instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra as Mulheres e eleição do presidente e do vice-presidente.

### Exposição

### Melhores fotos de 2011

18h30 Abertura da exposição *100 Fotos de 2011*. A mostra é uma iniciativa da Coordenação de Fotografia da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs). A exposição pode ser visitada até 24 de fevereiro no Senado Galeria.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões

Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

## TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Projeto de Blairo Maggi obriga União, estados, municípios e Distrito Federal, assim como suas autarquias e fundações, a usarem o código de barras em suas transações

## Volta de Ruiz ao Cade será votada com urgência

A CAE aprovou ontem a recondução de Ricardo Machado Ruiz para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A mensagem presidencial com a indicação segue agora para votação no Plenário, em regime de urgência.

Mestre e doutor em Economia, Ricardo Ruiz é professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em cursos de graduação e pós-graduação.

O relator da indicação, Armando Monteiro (PTB-PE), destacou o currículo do candidato, que acompanhou a votação na comissão, onde recebeu 17 votos favoráveis e 1 contra.

## Comissão vota na terça convites a Mantega e Denucci

O presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), marcou para terça-feira a votação de requerimentos de convite ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, e ao ex-presidente da Casa da Moeda, Luiz Felipe Denucci, para prestarem esclarecimentos sobre denúncias de irregularidades na instituição responsável pela emissão de moeda no país.

Os requerimentos foram apresentados pelo líder do PSDB, Alvaro Dias (PR). Ele citou reportagens publicadas nos últimos dias, segundo as quais o ministro teria mantido Denucci no comando da Casa da Moeda mesmo após ter sido alertado pela Casa Civil e pelo PTB, em agosto do ano passado, sobre as suspeitas de irregularidades envolvendo o presidente do órgão.

— Por que somente agora o Ministério da Fazenda decidiu instaurar comissão de sindicância investigativa para apurar as denúncias? Os requerimentos pretendem esclarecer os fatos — assinalou o parlamentar.



Aloysio Nunes (D), relator, acredita que rastreamento facilitará trabalho de órgãos de controle interno e externo

# Vai ao Plenário projeto que pode evitar desvios de dinheiro público

O RASTREAMENTO DE todo o dinheiro que entra e sai dos cofres públicos pode se tornar mais fácil com medida aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Projeto de lei complementar (PLS 375/11) acolhido pelos senadores torna obrigatório o uso de código de barras nas transações feitas por

União, estados, Distrito Federal e municípios.

O autor da proposta, Blairo Maggi (PR-MT), explica que o código de barras deverá conter informações suficientes para rastrear qualquer pagamento realizado por essas pessoas jurídicas, bem como por suas autarquias e fundações. O

objetivo é prevenir desvios e viabilizar a punição dos responsáveis por eventuais pagamentos em desacordo com as normas legais.

Em relatório favorável, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) observou que o aumento do volume de informações padronizadas facilitará o

trabalho de auditores, fiscais, promotores e autoridades policiais.

Segundo o relator, “rastrear o recurso público desviado é um dos maiores problemas enfrentados pelos órgãos de controle interno e externo”.

O projeto ainda será examinado pelo Plenário do Senado.



Segundo Mário Couto, promotor cometeu “erro brutal” no caso

## Couto contesta denúncia de irregularidades

Mário Couto (PSDB-PA) rebateu ontem, em Plenário, acusações de participação em desvios de recursos públicos na Assembleia Legislativa do Pará. Uma investigação do Ministério Público do estado revelou fraude na folha de pagamento da Casa entre fevereiro de 2003 e janeiro de 2007, período em que o senador esteve na presidência da instituição.

Na semana passada, os promotores responsáveis pelo caso, Nelson Medrado e Arnaldo Célio Azevedo, denunciaram o senador, sua filha — a deputada estadual Cilene Couto — e mais dez pessoas por improbidade administrativa. Segundo o senador, seu crime, de acordo com a denúncia, teria sido de omissão, por não ter percebido a falsificação nas assinaturas.

Mário Couto classificou como “erro brutal” a ação do promotor Nelson Medrado de denunciá-lo à Justiça e afirmou que Medrado agiu com o coração, e não com a razão, por ter ressentimentos contra ele. Couto disse ter questionado, à época em que presidia a assembleia, o pedido de reintegração da esposa de Nelson Medrado ao quadro de servidores efetivos da Casa.

## Projeto facilita compensação de débitos dos exportadores

Empresas exportadoras que acumularam créditos de PIS-Cofins com a valorização cambial poderão ter mais facilidade para usá-los na liquidação de débitos com a Previdência Social. Projeto de lei do Senado (PLS 492/07) aprovado ontem pela CAE facilita a compensação de débitos relativos a contribuições previdenciárias com créditos de outros tributos federais. A decisão é terminativa: não precisa passar pela análise do Plenário.

Autor da proposta, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) explicou que a acumulação dos créditos de PIS-Cofins, causada pela valorização cambial,

coincide com a descapitalização das empresas, decorrente da crise global.

Para evitar prejuízos aos cofres da Previdência Social, o relator, Francisco Dornelles (PP-RJ), apresentou emenda que obriga a Receita Federal a creditar, em até dois dias úteis, a título de contribuição previdenciária, o montante de crédito de tributos utilizados pelo contribuinte para extinguir seu débito previdenciário.

Caso a proposição vire lei, o que ainda depende da posição da Câmara, o contribuinte poderá apresentar declaração de compensação, relacionando créditos e débitos a serem compensados.

## Rejeitada troca de índice para correção do FGTS

A CAE rejeitou ontem, em decisão terminativa, proposta que previa a substituição da Taxa Referencial de Juros (TR) pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como índice de remuneração dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Apresentado em 2008 pelo então senador Tasso Jereissati, o projeto de lei (PLS 193/08) tinha o objetivo, de corrigir um desequilíbrio no FGTS.

Segundo ele, a legislação em vigor beneficia desproporcionalmente os tomadores de recursos do FGTS, em detrimento dos

trabalhadores cotistas do fundo, cujos rendimentos não acompanham a inflação.

No relatório contrário ao projeto, Marta Suplicy (PT-SP) advertiu que a mudança poderia prejudicar os mutuários com casas financiadas pelo FGTS. Com o objetivo de oferecer solução para a baixa remuneração das contas vinculadas, Marta afirmou ter apresentado projeto de lei (PLS 580/11) que garantiria participação dos trabalhadores no resultado financeiro do fundo.

A comissão também rejeitou voto em separado de Cyro Miranda (PSDB-GO) e acolheu o relatório de Marta.

Novo colegiado tem prazo de 12 meses para fazer ciclo de debates e produzir relatório com análise do setor e sugestões de melhorias

# Aviação civil terá subcomissão temporária a partir de hoje

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) vai dedicar este ano atenção especial ao exame dos problemas da aviação civil no país, por meio da subcomissão temporária que será instalada hoje. Em 12 meses de trabalho, a subcomissão fará ciclo de debates com autoridades, agentes do mercado e especialistas, além de produzir o relatório.

O objetivo é examinar a situação dos diversos segmentos da aviação e formular sugestões para “uma política mais democrática e inclusiva”, conforme disse Vicentinho Alves (PR-TO), que propôs a criação da subcomissão.

Na reunião de hoje, serão eleitos o presidente e o vice da subcomissão, que terá cinco titulares e igual número de suplentes. O próprio Vicentinho está entre os titulares, ao lado de Walter Pinheiro (PT-BA), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Eduardo Braga (PMDB-AM) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).



Aeroporto de Brasília é um dos que apresentam necessidade de avanços antes da Copa do Mundo, segundo Vicentinho Alves

Vicentinho destaca no requerimento que o Brasil já responde pela segunda maior aviação geral do mundo, com cerca de 3.500 aeroportos (públicos e privados, incluindo os que servem à aviação regional) e 13 mil aeronaves registradas (aviões e helicópteros). Ele salienta o expressivo crescimento das operações, próximo de 20% ao ano, bem acima da média mundial.

De acordo com o senador, as taxas de crescimento transformam o Brasil em “porta de entrada de investimentos”. Mas ele considera indispensável formular políticas e atualizar a legislação para que o “viés comercial e global” da aviação não se sobreponha à função de “integrar e desenvolver o país”.

O parlamentar afirma que a aproximação da Copa do Mundo e das Olimpíadas revelou

a carência de infraestrutura, especialmente o problema dos grandes aeroportos. Mas diz que o debate vem se concentrando na aviação regular, deixando à margem outros segmentos, como o de táxi aéreo. Além disso, afirma que falta atenção para áreas de suporte fundamentais, como a de instrução (preparação de pilotos) e manutenção de aeronaves.

## Alvaro diz que privatizações revelam “fraude do PT”



Apesar de comemorar o êxito do leilão dos aeroportos de Cumbica (SP), Viracopos (SP) e de Brasília, Alvaro Dias (PSDB-PR) acusou o PT de fraude por usar discurso contra privatizações na campanha eleitoral de 2010.

— Na campanha, o PT dizia que o adversário privatizaria o país — disse.

Para o senador, a venda demonstraria a incapacidade administrativa do PT em realizar as obras necessárias para dotar o país de aeroportos modernos. Segundo Alvaro, “os resultados do leilão dos três principais aeroportos do país comprovam ainda que a privatização é a melhor saída para melhorar a infraestrutura e impulsionar o desenvolvimento nacional”.

## Flexa Ribeiro sugere que PT peça desculpas ao PSDB



Diante do sucesso dos leilões de três aeroportos, “o PT deveria pedir desculpas ao PSDB pelas críticas à privatização”, disse Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

— Onde a iniciativa privada pode e deve atuar, os recursos estatais devem ser utilizados em benefício da sociedade, em outras áreas importantes — afirmou.

Para o senador, no entanto, deveriam ter sido licitados também aeroportos da região amazônica, que são deficitários, em uma “dependência cruzada”. Flexa ainda lamentou o “histórico de problemas” das empresas que compõem os consórcios vencedores da licitação, as quais, segundo ele, têm forte participação de fundos de pensão de estatais.

## Vital comemora sucesso dos leilões dos aeroportos



A decisão do governo federal de permitir concessões de aeroportos à iniciativa privada foi comemorada por Vital do Rêgo (PMDB-PB). Para o senador, a iniciativa, apesar de chegar atrasada, é um gesto ousado que pode dar novo impulso ao desenvolvimento do país.

— O sucesso dos leilões mostra como estávamos pelo menos dez anos atrasados no entendimento de que era necessário criar parcerias para alavancar ou dinamizar o nosso desenvolvimento — afirmou o parlamentar.

Ainda na área de infraestrutura, Vital do Rêgo defendeu investimentos no Porto de Cabedelo, na Paraíba, e nas rodovias da região.

## Jorge Viana propõe audiência pública sobre voos para o Acre

Jorge Viana (PT-AC) informou que propôs a realização de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA)



Jorge Viana

para debater o que chamou de crise nos serviços aéreos do Acre. O senador disse que uma passagem de ida e volta para o trecho Brasília-Rio Branco chega a custar R\$ 6.700.

As viagens para a região

amazônica, afirmou, deveriam ser serviço de primeira necessidade, dadas as dificuldades de acesso. O problema, disse Viana, atinge parlamentares e cidadãos comuns, já que se trata da necessidade de usar avião e não do fato de ter recursos econômicos.

— A bancada do Acre quer uma explicação e uma solução para esse problema — concluiu o senador.

## Petecão critica cancelamento de voo direto Brasília-Rio Branco

Sérgio Petecão (PSD-AC) pediu que a bancada de senadores e deputados do Acre se reúna para buscar uma saída para o cancelamento do voo direto da empresa Gol de Brasília a Rio Branco.

Devido à localização geográfica do estado, a população depende muito do transporte aéreo, disse o senador.

A nova rota inclui conexão em Manaus e escala em Porto



Sérgio Petecão

Velho, o que estende a viagem para até 14 horas na ida e sete horas na volta. Outro efeito negativo é a elevação dos preços das passagens das outras companhias.

Petecão disse que os parlamentares devem procurar os órgãos responsáveis para encontrar uma solução, pois não é a primeira vez que a Gol surpreende a população com mudanças no itinerário.

## Pimentel afirma que pequenas empresas impulsionam o país

O líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), comemorou os mais de 1,9 milhão de empregos formais com carteira assinada gerados em 2011.

De acordo com ele, a marca reflete os acertos das medidas governamentais em prol da geração de emprego.

— Esse resultado é o segundo melhor de toda a série histórica do Caged [Cadastro Geral de Empregados e Desempregados], perdendo apenas para 2010, quando geramos 2,5 milhões de postos de trabalho.

Na avaliação de Pimentel, boa parte desses números se deve “à força das micro e pequenas empresas”.

Esses empreendedores, disse, ganharam “uma legislação mais moderna e abrangente” com a atualização da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa em 2011.



Senador comemora a criação de 1,9 milhão de empregos em 2011

## Nova Comissão de Orçamento será definida em março

Na segunda quinzena deste mês, a Mesa do Congresso determinará a representação dos partidos políticos e blocos parlamentares na Comissão Mista de Orçamento (CMO), observado o critério da proporcionalidade partidária. A regra é prevista na Resolução 1/06, do Congresso Nacional.

A instalação e a eleição da Mesa da CMO ocorrerão até a última terça-feira do mês de março, data em que se encerra o mandato dos atuais membros.

A resolução estipula que, até o quinto dia útil do mês de março, os líderes partidários indicarão à Mesa do Congresso os titulares e suplentes em número equivalente à proporcionalidade de suas bancadas na CMO. A norma determina que nenhuma matéria poderá ser votada entre a data de encerramento do mandato dos membros da CMO e a da instalação da comissão seguinte.

## Humberto defende regra para direito de greve dos servidores

Humberto Costa (PT-PE) defendeu a regulamentação do direito de greve dos servidores públicos, ao comentar a greve dos policiais militares da Bahia. A demanda por melhores salários é justa, mas a negociação deve ser feita por meio do diálogo, e não de pressão armada, disse.

— É preciso regulamentar a greve no serviço público. Greve com arma não é greve, é rebelião, é motim.

Já a aprovação de anistia aos grevistas que pegaram em armas é inadmissível, disse Humberto, antecipando que votará contra tal proposta.

— Não é possível tolerar que agentes da ordem peguem em armas para ameaçar a população, isso é vandalismo, intolerável no regime democrático — declarou, destacando que o movimento na Bahia faz parte de estratégia nacional pela aprovação da PEC 300/08, que estabelece piso nacional de R\$ 3.500 para a PM.



Humberto Costa diz que votará contra anistia aos grevistas

## Aloysio Nunes discorda de anistia concedida pelo Senado em 2011

Aloysio Nunes Ferreira cobrou a regulamentação do direito de greve do servidor público. Parte da responsabilidade por excessos como os que têm sido cometidos pelos PMs baianos deve ser, segundo ele, atribuída ao Senado, que aprovou, em 2011, anistia para policiais que se envolveram em greves em diversos estados desde 1997.

— Esse tipo de atitude estimula um comportamento desviante da boa norma da civilidade e dos princípios do Estado democrático de direito.

A Constituição federal garante direito de greve, mas prevê lei específica para servidores públicos, que nunca foi regulamentada. Esse vazio é prejudicial aos servidores e à população, disse.

O senador elogiou o “re-posicionamento do PT em relação às privatizações”, referindo-se a concessões federais de três aeroportos.



Na greve dos PMs em Salvador, o Exército faz segurança em torno da assembleia legislativa, que foi ocupada por grevistas e apoiadores da paralisação

# Subcomissão do Senado discute greve de policiais militares na Bahia

Sugestão de visita de parlamentares ao estado, devido à onda de violência, foi rejeitada para evitar interpretações equivocadas

A ONDA DE violência na Bahia, em meio à greve de policiais militares, foi discutida ontem pela Subcomissão Permanente de Segurança Pública do Senado.

Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), a greve reflete a situação da segurança pública em todo o país, “que passa por uma crise dramática”. Lindbergh Farias (PT-RJ), apesar de defender o direito dos policiais de fazer reivindicações salariais, condenou a forma como o movimento vem sendo conduzido, classificando-a como covarde e dizendo que não merece anistia.

Randolfe chegou a propor a ida do colegiado à Bahia, mas a sugestão foi rejeitada pelos outros integrantes da subcomissão. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que uma visita de parlamentares, no ambiente tenso em que se encontra o estado, pode gerar interpretações desastrosas.

— Se não podemos dar a ideia de que nos solidarizamos com os grevistas nem com o governo, se não podemos acenar com a hipótese de anistia e se não fomos convidados, o que é que vamos fazer lá? — questionou Aloysio.

Essa posição teve o apoio de



Pedro Taques (à mesa) alerta para o risco de extensão da paralisação pelo país

Armando Monteiro (PTB-PE) e Lindbergh. Aloysio afirmou que uma eventual visita dos parlamentares poderia “sugerir que o Senado está ávido para votar a PEC 300/08, coisa

que não é consensual nesta Casa, muito pelo contrário” — referindo-se à proposta de emenda constitucional que fixa piso salarial nacional para a categoria.

## Randolfe e Vital criticam salários, mas Lindbergh se opõe a anistia

Randolfe e Vital do Rêgo (PMDB-PB) defendem a PEC do piso dos PMs, que tramita na Câmara dos Deputados. Randolfe afirmou que muitos profissionais de segurança no Brasil ganham menos de R\$ 1.500 por mês, e Vital alertou que a greve da Bahia pode se repetir em outros estados.

Para Randolfe, se essa questão não for resolvida, de nada adiantará a intervenção do Exército, da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança Pública na Bahia. Ele

ressaltou que a precarização dos salários é o que provoca a greve na Bahia e movimentos similares no Ceará e, ano passado, no Rio de Janeiro.

Já Lindbergh lembrou que foi o autor do projeto de lei que concedeu anistia aos bombeiros do Rio, mas frisou que será contra qualquer anistia para os grevistas da Bahia.

— É inaceitável motim armado para parar ônibus, colocar crianças na assembleia legislativa. Isso é chantagem. É quase terrorismo — protestou.

## Senadores analisam projeto que proíbe militar de entrar em greve

Presidente da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, Pedro Taques (PDT-MT) anunciou que, além dos acontecimentos na Bahia, o grupo deverá discutir a eventual propagação do movimento a outras partes do país, “tendo em vista as notícias de que há uma grande atuação das associações policiais para pressionar o Congresso e, notadamente, a Câmara dos Deputados, a aprovar a chamada PEC 300”.

Taques apontou o PLS

710/11, projeto de lei de Aloysio Nunes Ferreira que visa regulamentar o direito de greve dos servidores públicos, como outro assunto a ser examinado pela subcomissão. O projeto proíbe a greve nas Forças Armadas, nas polícias militares e nos corpos de bombeiros.

— O direito de greve de servidor está previsto no artigo 37 da Constituição, mas, passados 22 anos, o Congresso ainda não a regulamentou — disse Taques.

## Piso salarial da PM tramita no Congresso há 4 anos

Uma das principais reivindicações dos policiais militares em greve no país, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 300/08 poderia elevar os vencimentos da categoria a R\$ 3.500, segundo estimativas do autor da matéria, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), em entrevista à

Agência Brasil.

A PEC estabelece que a remuneração dos policiais civis e militares e dos bombeiros dos estados não poderá ser inferior à da PM do Distrito Federal, mas esbarra nas restrições orçamentárias dos estados e na dificuldade de se definir a fonte desse dinheiro.

Há quatro anos em discussão no Congresso, a proposta está na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados. Está apensada à PEC 41/08 (PEC 446/09 na Câmara), de Renan Calheiros (PMDB-AL), que instituiu o piso salarial dos policiais, a ser

financiado por fundo criado pela União com esse objetivo.

Em agosto de 2010, a PEC 300 chegou a ser incluída na pauta do Plenário da Câmara dos Deputados, mas não foi apreciada. Revoltados, os manifestantes entraram em confronto com os policiais legislativos.



Roberto Requião, na presidência da CE, relata ter sido procurado pelo ministro da Educação, interessado na realização de audiência pública na comissão

# Senado debate educação com Mercadante

Aloizio Mercadante deve comparecer, na próxima quarta-feira, à Comissão de Educação, onde apresentará as prioridades de sua pasta. Iniciativa partiu do próprio ministro

O MINISTRO DA Educação, Aloizio Mercadante, deverá comparecer na próxima quarta-feira à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para apresentar as prioridades de sua gestão à frente da pasta. A audiência pública, proposta pelo líder do PT, Walter Pinheiro (BA), foi aprovada por unanimidade.

O senador relatou que Mercadante lhe telefonou para

manifestar o desejo de participar o mais rápido possível de debate com os senadores.

— O ministro quer apresentar seu programa de trabalho e compartilhar suas prioridades com a comissão. O debate será importante até para que nós tenhamos a possibilidade de acompanhar a atuação do ministério — disse Walter Pinheiro.

O presidente da comissão,

Roberto Requião (PMDB-PR), informou que ele também já havia sido procurado por Mercadante para tratar da audiência pública.

## Eclusas no Pará

A CE aprovou, em caráter terminativo, projeto de lei (PLS 153/10) de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que denomina Eclusas Senador Gabriel Hermes Filho as eclusas da Usina

Hidrelétrica de Tucuruí (PA). O relator, Vicentinho Alves (PR-TO), ressaltou o papel de Hermes na luta pelas eclusas, que tornaram navegável o trecho do rio Tocantins entre as cidades paraenses de Marabá e Belém.

A decisão da comissão faz justiça com o empenho do ex-senador na campanha pela construção da obra, assinalou Flexa Ribeiro.

— O senador Gabriel Hermes Filho lutou muito para que as eclusas se tornassem realidade.

Também foi aprovado terminativamente na comissão projeto de lei da Câmara (PLC 119/11) que recebeu parecer favorável do relator, senador Paulo Bauer (PSDB-SC), e confere ao município de Maravilha (SC) o título de Cidade das Crianças.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Davim: show terá mais de 20 artistas



Waldemir Barreto/Senado Federal

Casildo fala de projeto sobre o tema



Waldemir Barreto/Senado Federal

Cícero Lucena vê fim de autonomia



Waldemir Barreto/Senado Federal

Para senador, um benefício social



Moreira Mariz/Senado Federal

Senador ressalta potencial do país

## Davim anuncia Bote Fé Natal para sexta-feira

Como parte dos preparativos para a Jornada Mundial da Juventude (JMJ), encontro de jovens católicos que ocorrerá no Rio de Janeiro em 2013, o Rio Grande do Norte terá evento especial no próximo fim de semana: o *Bote Fé Natal*. O anúncio foi feito ontem por Paulo Davim (PV-RN).

Mais de 20 artistas católicos participarão, na sexta-feira, na Praia do Forte, de *show* para divulgação da JMJ. Entre eles, os padres cantores Fábio de Melo e Marcelo Rossi. O evento é uma das etapas da peregrinação da Cruz dos Jovens e do Ícone de Nossa Senhora, símbolos da JMJ pelo Brasil.

## Educação de empregados pode ter incentivo

Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu ontem incentivos tributários para os empregadores que investirem na educação de funcionários e dependentes.

O senador elogiou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) por garantir a isenção de contribuições previdenciárias para auxílio à educação, mas quer mais incentivos, como o que ele propõe no PLS 530/11, que institui caráter indenizatório para despesas com educação mantidas pelo empregador, além de desonerá-las de contribuição social.

## Cícero critica medida contra universidade

Cícero Lucena (PSDB-PB) lamentou que o governo da Paraíba tenha, na prática, acabado com a autonomia financeira da universidade estadual. Ele citou a reitora, Marlene Alves, para quem “o governo rasgou a lei da autonomia”.

O decreto que fixa em cerca de R\$ 18 milhões os repasses mensais à universidade fere a lei da autonomia, sancionada em 2004 pelo então governador — o hoje senador Cássio Cunha Lima (PSDB). Segundo Cícero, a lei estadual prevê repasses de 5,77% da receita ordinária estadual no mês anterior, o que equivaleria a mais de R\$ 27 milhões em janeiro.

## Wellington elogia programa de ensino integral

Wellington Dias (PT-PI) destacou a importância do Programa Mais Educação, pelo qual o MEC selecionará escolas que devem oferecer ensino em tempo integral. Ele ressaltou os benefícios para as comunidades contempladas.

— Creio que esse programa de escola de tempo integral é um instrumento importante para ter o aluno manhã e tarde ocupado de forma saudável.

O senador ressaltou que o horário integral aumenta a oferta de atividades optativas, que incluem reforço escolar, esporte e lazer, arte, cultura e direitos humanos, entre outros.

## Lauro Antônio defende turismo para gerar renda

A geração de emprego e renda nas regiões do país foi citada ontem por Lauro Antônio (PR-SE) como importante para a erradicação da pobreza e da desigualdade social.

O senador afirmou que um dos principais desafios dos parlamentares e do governo este ano será instituir políticas de geração de emprego e renda que fixem homens e mulheres em suas terras.

De acordo com o senador, uma solução é investir em qualificação profissional e também em turismo, setor para o qual, avalia, o Brasil e Sergipe, seu estado, têm enorme potencial.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney  
**1º vice-presidente:** Marta Suplicy  
**2º vice-presidente:** Waldemir Moka  
**1º secretário:** Cícero Lucena  
**2º secretário:** João Ribeiro  
**3º secretário:** João Vicente Claudino  
**4º secretário:** Ciro Nogueira  
**Suplentes de secretário:**  
 Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin  
**Diretora-geral:** Doris Peixoto  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino  
**Edição:** Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer  
**Reportagem:** Cíntia Sasse  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

## Plenário votará participação do Senado na Rio+20

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem requerimento propondo a criação de comissão externa, composta por 12 senadores, destinada a representar o Senado na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em junho, no Rio.

O requerimento foi apresentado pelos senadores Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da CMA, e Fernando Collor (PTB-AL), presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE). A proposta de criação da comissão externa será submetida ao Plenário e, se aprovada, caberá ao presidente do Senado, José Sarney, a indicação dos integrantes.

Ainda na reunião da CMA, foi aprovado requerimento convidando a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, para tratar da posição do governo brasileiro na Rio+20.

Os senadores também decidiram pela realização de ciclo de debates com instituições governamentais e da sociedade civil, nacionais e internacionais, para discutir os temas que serão tratados na conferência.

A CMA realizará, ainda, audiência pública para discutir o vazamento de petróleo ocorrido na Bacia de Santos no fim de janeiro. Participarão do debate representantes da Petrobras, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

## Projeto obriga que eletrônicos sejam bivolt

Todos os equipamentos elétricos e eletrônicos de uso doméstico comercializados no Brasil deverão ser bivolt, como previsto em projeto (PLS 582/11) que a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) examinará amanhã.

O autor da proposta, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), afirma que sua motivação é facilitar a vida do cidadão que se muda para cidade com padrão de tensão diferente daquele adotado no lugar da residência anterior.

O relatório do senador Lobão Filho (PMDB-MA) é favorável à proposta, que depois de passar pela CI seguirá para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).



Para o presidente da CMA, senador Rodrigo Rollemberg (2º à esq.), dependência do país dos insumos agrícolas importados "afeta a soberania nacional"

# Pó de rocha como fertilizante reduz custos agrícolas, dizem especialistas

Em debate ontem no Senado, pesquisadores ressaltaram importância de reduzir dependência do país em relação a insumos importados

A UTILIZAÇÃO DE pó de rocha como fertilizante e corretivo do solo é uma alternativa para o país reduzir custos de produção da agricultura e romper com a atual dependência de insumos importados, sem comprometer a produtividade das lavouras. A adoção da prática, conhecida como rochagem, foi defendida por todos os especialistas que

estiveram reunidos ontem em debate na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Segundo os pesquisadores, rochagem é a incorporação de rochas moídas ao solo, como forma de tornar a terra menos ácida e mais fértil. Os diferentes minerais existentes nas rochas ajudam a recuperar solos pobres e a renovar a fertilização dos terrenos.

Antes do plantio das lavouras em 2011, os agricultores brasileiros jogaram na terra cerca de 28,3 milhões de toneladas de fertilizantes químicos, mais de 70% importados. Essa dependência, em especial de nitrogênio, fósforo e potássio (NPK), está no centro das preocupações dos especialistas e senadores que participaram do debate.

Para Suzi Theodoro, do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, qualquer interrupção no mercado de fertilizantes convencionais pode comprometer a agricultura do país. A preocupação é compartilhada por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Jorge Viana (PT-AC), Sérgio Souza (PMDB-PR) e Ana Rita (PT-ES).

## Diversidade geológica do país favorece expansão da rochagem

A favor da rochagem, Cláudio Scliar, do Ministério de Minas e Energia, destacou a grande diversidade geológica do país, com a presença em todas as regiões de rochas que se prestam à utilização como fonte de nutrientes para a produção agrícola.

No mesmo sentido, Carlos Silveira e Éder Martins, ambos da Embrapa, apontaram vantagens da utilização regional das reservas minerais para reduzir custos de transporte e dinamizar a agricultura local. Para os pesquisadores, o tempo maior de liberação

de nutrientes a partir do pó de rocha, em comparação com adubos químicos, é uma vantagem da rochagem.

A expansão do processo no Brasil esbarra na falta de normas para registro dos produtos. Rubim Gonczarowska e Mariana Coelho de Sena,

do Ministério da Agricultura, explicaram que o produto não se encaixa nos parâmetros existentes.

O governo estuda flexibilizar as normas de comercialização do pó de rocha. Rollemberg informou que a CMA buscará contribuir nesse processo.

## Mozarildo pede importação de gasolina da Venezuela



Waldemir Barreto/Senado Federal

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) voltou a pedir que a importação de combustível da Venezuela para Roraima seja regularizada. Ele vem sugerindo a medida desde o primeiro mandato do ex-presidente Lula, única maneira, para o senador, de evitar o crescente contrabando de gasolina e diesel.

O preço da gasolina no país vizinho chega a ser 10% do valor no Brasil, o que faz com que a maior parte da gasolina consumida em Roraima tenha origem em "uma permanente prática de contrabando".

Vários governadores do estado já foram recebidos pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que teria se comprometido a exportar de maneira legal gasolina para municípios de Roraima fronteiriços. A mesma medida foi adotada com cidades colombianas que fazem fronteira com a Venezuela.

— É um contrassenso um estado distante como Roraima não poder se beneficiar de alguma coisa que está lá colocada à disposição, inclusive com a boa vontade do presidente Chávez — afirmou.

## Braga aciona prefeitura de Manaus e empresa de água



Waldemir Barreto/Senado Federal

Eduardo Braga (PMDB-AM) anunciou ter ingressado com representação no Ministério Público do Amazonas contra a prefeitura de Manaus e contra a empresa Águas do Amazonas, concessionária de serviços públicos de água e saneamento na capital do estado. A ação pede

que a prefeitura distribua água à população com tarifa social, uma vez que a empresa teria descumprido o contrato de concessão por diversas vezes e o abastecimento na cidade só foi mantido com a intervenção do governo do estado e do governo federal.

O senador explicou que Manaus é a única capital com sistema de abastecimento de água e de saneamento privatizado. A privatização, feita há 12 anos, impunha condições explícitas no contrato que não foram cumpridas pela concessionária.

A situação chegou ao ponto de, há seis anos, a prefeitura ter decretado calamidade pública em Manaus no abastecimento de água. À época, o governo estadual socorreu a prefeitura com R\$ 10 milhões para um plano emergencial.

## Paim destaca Festa da Uva de Caxias do Sul

Ontem de manhã, Paulo Paim (PT-RS) participou de sessão na Câmara dos Deputados para homenagear a Festa da Uva 2012, realizada anualmente em Caxias do Sul (RS). À tarde, no Senado, anunciou que a festa está marcada para ocorrer entre 16 de fevereiro e 4 de março e conta com exposição de produtos agrícolas e industriais, apresentações musicais e divulgação da cultura local.

Paim convidou todos os brasileiros para a festa. De acordo com ele, a presença da presidente Dilma Rousseff também é esperada para a festividade.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Comissão parlamentar de inquérito, que será instalada hoje, vai apurar omissões do poder público na aplicação da Lei Maria da Penha, criada em 2006 para proteger mulheres contra agressões

# CPI mista investigará violência contra mulheres

SERÁ INSTALADA HOJE comissão parlamentar mista de inquérito para investigar situações de violência contra a mulher no Brasil. Na reunião, serão eleitos o presidente e o vice-presidente.

A CPI mista será formada por 11 senadores e 11 deputados e terá 180 dias para apurar denúncias de omissão do poder público na aplicação de instrumentos legais criados para a proteção das mulheres.

A comissão foi criada por solicitação das senadoras Ana Rita (PT-ES), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Lídice da Mata

(PSB-BA) e Marta Suplicy (PT-SP) e das deputadas Janete Pietá (PT-SP), Celia Rocha (PTB-AL), Jô Moraes (PCdoB-MG) e Elcione Barbalho (PMDB-PA), com o apoio de outros 45 parlamentares.

No requerimento de criação da CPI mista, as autoras lembram que a Lei Maria da Penha, de 2006, impôs mais rigor na punição de agressores e estabeleceu mecanismos de proteção às mulheres. Elas lamentam o desinteresse das autoridades em aplicá-la.

Uma das propostas do grupo de parlamentares é apurar por

que o Brasil, apesar de ter legislação específica para a violência contra a mulher, ocupa a 12ª posição em número de homicídios de mulheres, num ranking de 73 países.

Além de apurar os casos de violência e omissão, a CPI deverá sugerir a adoção de políticas públicas. Ana Rita explica que a comissão vai propor alternativas para melhorar o atendimento e tornar mais efetivas as ações de prevenção. Para ela, a CPI poderá ser um espaço de articulação das entidades que atuam no combate à violência contra a mulher.



Magno Malta, Ana Rita e Ricardo Ferraço falam sobre tráfico de drogas

## Na TV Senado, parlamentares debatem violência e tráfico

A violência provocada pelo tráfico de drogas dominou o debate entre os senadores do Espírito Santo no primeiro programa *Assunto de Estado* de 2012, exibido anteontem pela TV Senado, pela Rádio Senado e por suas páginas na internet.

Além de discutir estratégias de combate ao tráfico de drogas e de prevenção ao uso, Ana Rita (PT), Magno Malta (PR) e Ricardo Ferraço (PMDB) mostraram preocupação com a iminente perda do Fundo de Desenvolvimento de Atividades Portuárias (Fundap), que, para eles, causará grande prejuízo ao estado.

A responsabilização do usuário de drogas gerou divergência. Magno Malta pediu reforma na lei de modo que o usuário seja criminalizado. O senador contestou a legislação atual, que, em sua opinião, trata o usuário “como um bebê”. Malta também defendeu a internação compulsória de dependentes.

Ana Rita se declarou contra a punição ao usuário por considerar que é preciso criar espaço para a recuperação. Ferraço, por sua vez, condenou soluções “simples e fáceis” e pediu um debate profundo, com comprometimento dos Poderes e participação da família.

A possibilidade de que o Fundap seja extinto pelo governo federal foi outro tema de debate. O fundo existe desde 1970 e concede benefícios financeiros para empresas sediadas no Espírito Santo que realizam operações de comércio exterior.

Ricardo Ferraço também defendeu uma solução negociada de transição diante da possibilidade de extinção do fundo. Ana Rita pediu a criação de alternativas de financiamento.

Magno Malta apontou “interesses espúrios de estados grandes” por trás da retirada dos incentivos, que, segundo afirmou, todos os estados recebem de uma forma ou de outra.

## Requião: comunicado de Lugo tranquiliza brasiguaios



Roberto Requião (PMDB-PR) informou ontem que o presidente do Paraguai, Fernando Lugo, tranquilizou, em pronunciamento, os produtores rurais brasileiros naquele país. Conforme o senador, Lugo declarou que irá respeitar a propriedade dos brasileiros, muitos dos quais estão produzindo no Paraguai há mais de três décadas, e que não seriam toleradas invasões. A tensão com os brasileiros, disse Requião, cresceu depois de o governador da província de San Pedro, José “Paková” Ledesma, ter dito a trabalhadores sem terra que haveria áreas disponíveis para eles após medidas de regularização fundiária. O senador elogiou o trabalho do embaixador do Brasil no Paraguai, Eduardo Santos, em favor dos brasileiros.

O senador elogiou o trabalho do embaixador do Brasil no Paraguai, Eduardo Santos, em favor dos brasileiros.

## Crivella pede inspeções mais frequentes em edifícios



Acidentes como o recente desabamento de três prédios no centro do Rio de Janeiro poderiam ser evitados caso as edificações fossem submetidas a vistorias periódicas e eficientes, disse Marcelo Crivella (PRB-RJ).

O senador defendeu projeto de sua autoria que determina inspeções periódicas em prédios e edifícios de uso coletivo. O PLS 491/11, que tramita na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), prevê a criação do Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (Lite), no qual os responsáveis pela vistoria anotarão sua avaliação das condições do edifício, as não conformidades verificadas e os reparos necessários. Crivella disse que o relator, Zeze Perrella (PDT-MG), apresentou emendas que aperfeiçoam a proposta.

## Suplicy destaca decisão do STF sobre Conselho de Justiça

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou ontem a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que ratificou a competência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para investigar juízes e desembargadores. Para ele, a decisão constituiu vitória da República:

— Prevaleceu a opinião no sentido de que o CNJ tem, sim, constitucionalmente, competência para zelar pelo bom funcionamento do Judiciário e pela correção de seus membros.



Eduardo Suplicy



Waldemir Moka

## Senado acompanha investigação de acidente em MS

Waldemir Moka (PMDB-MS) informou que o Senado está acompanhando as investigações sobre o acidente em frigorífico ocorrido em 31 de janeiro em Bataguassu (MS).

O acidente foi resultado de reação química entre produtos usados no curtume e matou quatro funcionários.

— Com base nas conclusões das autoridades, vamos propor medidas que possam evitar problemas semelhantes — disse.

## Vanessa Grazziotin rebate “críticas arbitrárias” a Cuba

A presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Cuba, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), disse que aquele país tem recebido acusações arbitrárias de desrespeitar os direitos humanos.

A senadora informou que, assim como a presidente Dilma Rousseff, esteve recentemente em Cuba e “detectou os avanços do país”. Disse ainda que o bloqueio dos Estados Unidos a Cuba é que é “uma forma de atentado contra os direitos humanos”.



Vanessa Grazziotin



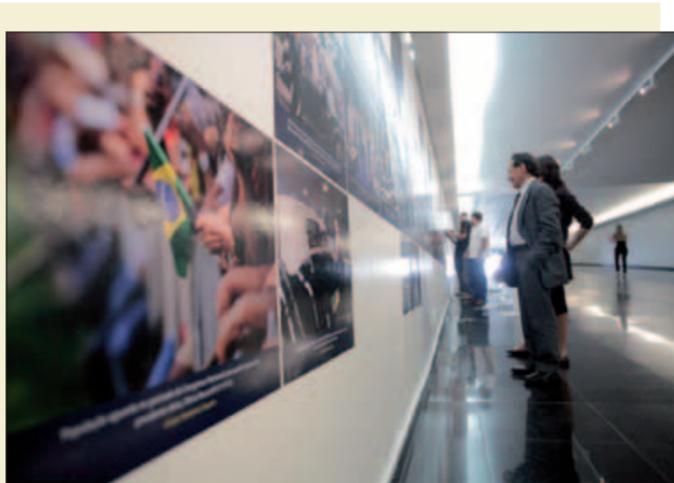
Alfredo Nascimento

## Para Nascimento, violência em Manaus “é galopante”

Em pronunciamento, Alfredo Nascimento (PR-AM) lamentou o “aumento galopante da criminalidade” que atinge Manaus.

O parlamentar assinalou que os números da violência na capital do Amazonas são a marca de “um governo impotente, desorganizado e ineficiente”.

— Com homicídios e assaltos cada vez mais violentos, a população tem a sensação de que está abandonada pelo poder público — disse.



Será aberta hoje no Senado exposição das imagens mais marcantes da atividade legislativa em 2011. A partir de um acervo de quase 290 mil fotos — média de 1.400 por dia —, foram selecionados cem flagrantes do dia a dia da Casa.

A mostra traz imagens que começam com a posse da primeira mulher presidente da República e percorrem os corredores da Casa por meio de registros das discussões de temas como a reforma política, o novo Código Florestal, a divisão dos royalties do petróleo, a criminalização da homofobia, além de manifestações contra a corrupção e a luta dos estudantes pela valorização da educação.

A produção dos fotógrafos da Secretaria Especial de Comunicação Social pode ser conferida na Senado Galeria, localizada no corredor de acesso ao Anexo 1, até 24 de fevereiro. As imagens também podem ser vistas na internet, pelo endereço [bit.ly/uu8ENy](http://bit.ly/uu8ENy).